



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

020213/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 4098a9dd-ae46-4a39-ad48-a2dc977ec57f

AUTUADO EM	Sexta-feira, 6 de Junho de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO II
AUTUADO POR	LOUISA SPITZ
INTERESSADO (S)	
MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA	

RESUMO
<i>IMPUGNAÇÃO PE 90.050/2025 - PA 3.927/2025 - MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA - CNPJ 47.078.704/0001-40</i>
DATA:06/06/2025

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE DE NOVA FRIBURGO/RJ**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.050/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.927/2025**

MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 47.078.704/0001-40, sediada na Av. Conde Francisco Matarazzo nº 640, Distrito Industrial José Antonio Boso, CEP 15803-145 – Catanduva-SP, através de seu representante **WILLIAM HENRIQUE MÜLLER**, portador do RG nº 47.356.988-7, e do CPF nº 414.491.178-05, vem por meio desta apresentar

IMPUGNAÇÃO

no pregão supracitado, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.





I – TEMPESTIVIDADE

A presente Impugnação tem por objeto apontar equívocos verificados no certame em referência. Conforme previsto no item 25.1 do edital, o prazo decadencial para a apresentação de impugnações é de até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para a abertura da sessão pública. Considerando que a abertura do certame está prevista para o dia 11/06/2025, o prazo final para a protocolização desta impugnação é o dia 05/06/2025. Dessa forma, conclui-se que a presente é tempestiva.

II – RESSALVA PRÉVIA

Manifesta-se, preliminarmente, o respeito pelo trabalho desenvolvido pelo(a) Agente de Contratação, pela equipe de apoio e por todos os servidores deste órgão. As divergências ora apresentadas se referem exclusivamente à aplicação da Constituição Federal, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório, não representando em hipótese alguma desrespeito à instituição ou aos profissionais que a integram.

III - DOS FATOS

Foi publicado o Edital do Pregão Eletrônico nº 90.050/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº 3.927/2025, com abertura prevista para 11 de junho de 2025, tendo como objeto o registro de preços para aquisição de insumos de lavanderia, destinados ao Hospital Municipal Raul Sertã e à Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo.

Considerando a natureza hospitalar dos produtos e os riscos sanitários envolvidos, é essencial que o edital exija, como condição de habilitação, a Autorização de Funcionamento (AFE) e a Licença Sanitária da empresa fabricante, conforme a Lei nº 6.360/1976 e a RDC nº 16/2014.

Adicionalmente, deve ser solicitada a Ficha Técnica de cada produto assinada pelo Químico Responsável, com registro ativo no Conselho Regional de Química (CRQ), assegurando a responsabilidade técnica pelas formulações apresentadas.

Outro ponto importante é a exigência de Atestado de Capacidade Técnica, que comprove fornecimento anterior de ao menos 50% do objeto licitado, demonstrando a experiência do licitante com lavanderia hospitalar.

Por fim, em razão do impacto ambiental dessas atividades, deve-se exigir o Cadastro Técnico Federal no IBAMA (CTF/APP), conforme a Lei nº 6.938/1981, garantindo a regularidade ambiental das empresas participantes.

IV – DA FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA

IV.1 – DA OBRIGATORIEDADE DE LICENÇA SANITÁRIA E AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA FABRICANTE

Conforme dispõe o edital em questão:

19.3 - Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento da empresa proponente, fornecida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, dentro do prazo de validade, conforme disposto na Lei Federal 6.360/76, no artigo 2º do Decreto Federal no 8.077/2013, quando aplicável.

19.4 - Cópia da Autorização de Funcionamento - AFE, pertinente ao objeto licitado, contendo o número de Registro do Ministério da Saúde ou cópia do Diário Oficial da União, expedida pela ANVISA, legível, devendo ser destacada a informação referente à empresa, conforme artigo 2º da Lei Federal no 6.360/76 e artigo 3º da Resolução RCD no 16/2014, quando aplicável.

- **Empresa fabricante** é aquela que produz diretamente os bens ou insumos ofertados, assumindo todas as etapas do processo industrial, desde a formulação até o envase e a rotulagem final do produto. No caso de saneantes, por exemplo, é responsável por garantir a composição química, a qualidade e a regularização sanitária do produto perante os órgãos competentes, como a ANVISA.



- **Empresa proponente (distribuidora)**, por sua vez, é aquela que **comercializa produtos fabricados por terceiros**, atuando como intermediária entre a indústria e o consumidor final (público ou privado). Embora não participe da produção, a distribuidora deve também estar devidamente autorizada e licenciada para exercer essa atividade, nos termos da legislação sanitária vigente, especialmente quando se trata de produtos sujeitos à vigilância sanitária.

No que se refere à documentação exigida para fins de habilitação, observa-se que o edital, embora mencione a necessidade de apresentação da **Licença Sanitária** e da **Autorização de Funcionamento (AFE)**, restringe tal exigência apenas à empresa licitante, sem qualquer menção à obrigatoriedade de apresentação desses mesmos documentos pela **EMPRESA FABRICANTE** dos produtos. Tal omissão compromete a regularidade do procedimento, sobretudo considerando que a responsabilidade pela produção e conformidade sanitária dos produtos recai sobre o fabricante, sendo imprescindível que este também esteja devidamente autorizado e licenciado junto aos órgãos competentes, conforme estabelece a **Lei nº 6.360/1976**, o **Decreto nº 8.077/2013** e a **RDC nº 16/2014** da ANVISA.

Essa exigência encontra respaldo na jurisprudência do **Tribunal de Contas da União (TCU)**. No **Acórdão nº 2.000/2016 – Plenário**, conforme relator Ministro José Múcio:

"... determinar ao TRE/SP que, no prazo de 15 (quinze) dias, faça constar do edital do Pregão Eletrônico 62/2016 a exigência de que as empresas participantes comprovem o cumprimento dos requisitos previstos na Lei 6.360/1976, no Decreto 8.077/2013 e na RDC Nº 16/2014 - Anvisa, quando aplicável, de modo a garantir que o produto a ser licitado atenda às exigências técnicas necessárias;"

Nos termos do art. 2º da Lei 6.360/1976:

Art. 2º - Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos



estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.

Nesse sentido, o TCU determinou que os órgãos públicos devem incluir, nos editais, cláusulas que obriguem os licitantes a comprovar o cumprimento das normas sanitárias, incluindo a Lei nº 6.360/1976, o Decreto nº 8.077/2013 e a RDC nº 16/2014, para assegurar a conformidade técnica dos produtos ofertados.

O acórdão é claro ao estabelecer que empresas fabricantes de produtos de limpeza e saneantes no âmbito de licitações públicas devem possuir AFE para distribuição desses produtos. Trata-se de medida de proteção à saúde coletiva, à segurança institucional e à legalidade do certame.

Diante disso, propõe-se a **inclusão, no edital, da exigência da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) e da Licença Sanitária da empresa fabricante**, como condição mínima para habilitação, garantindo-se que apenas empresas licitantes e fabricantes devidamente regularizadas possam participar do processo licitatório.

IV.II – DA EXIGÊNCIA DE FICHA TÉCNICA COM RESPONSABILIDADE DE PROFISSIONAL HABILITADO

Considerando que o objeto da presente licitação envolve o fornecimento de produtos saneantes destinados ao uso hospitalar, é essencial que cada item seja devidamente acompanhado de sua respectiva Ficha Técnica, contendo as especificações detalhadas da composição, modo de uso, finalidade, compatibilidade e cuidados necessários. Para garantir a veracidade e a legalidade das informações prestadas, deve ser exigido que a ficha esteja **assinada por profissional legalmente habilitado, com registro ativo no Conselho Regional de Química (CRQ).**

A assinatura do Químico Responsável confere validade técnica e legal ao documento, atestando que a formulação apresentada está em conformidade com as normas regulatórias e com os padrões de qualidade exigidos para o uso pretendido. Tal exigência está amparada na Lei nº 2.800/1956, que estabelece a obrigatoriedade do registro e da responsabilidade técnica de profissionais da química nas atividades relacionadas à fabricação, manipulação e comercialização de produtos químicos.

A ausência dessa exigência pode comprometer a segurança do processo licitatório, permitindo que empresas apresentem produtos sem qualquer comprovação de responsabilidade técnica, o que contraria os princípios da eficiência e interesse público. Além disso, impede a adequada fiscalização da regularidade dos produtos ofertados, expondo a Administração a riscos contratuais e sanitários.

Trata-se, portanto, de medida que não onera indevidamente os licitantes, mas que garante a confiabilidade das informações técnicas apresentadas, além de preservar a transparência e segurança jurídica do certame.

Diante disso, propõe-se a **inclusão, no edital, da exigência de Ficha Técnica para cada produto licitado, assinada por Químico Responsável com registro ativo no CRQ, como requisito obrigatório para fins de habilitação e análise das propostas.**

IV.III – DA COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA POR MEIO DE ATESTADO DE FORNECIMENTO ANTERIOR

Dada a natureza específica e essencial dos produtos licitados — insumos destinados à **lavanderia hospitalar** — é imprescindível que os licitantes comprovem experiência anterior na execução de objeto semelhante, por meio da apresentação de **Atestado de Capacidade Técnica** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove fornecimento correspondente a, no mínimo, **50% do objeto licitado**.

Tal exigência está plenamente respaldada no **art. 67 da Lei nº 14.133/2021** e no disposto na **Súmula nº 24**, aprovada por jurisprudência consolidada no âmbito da Administração Pública. A referida súmula estabelece que:

“Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.”



A apresentação do atestado de capacidade técnica demonstra que o licitante detém não apenas estrutura logística, mas também domínio das particularidades operacionais e sanitárias exigidas no ambiente hospitalar, sendo fator determinante para garantir o cumprimento adequado das obrigações contratuais.

Ademais, tal exigência contribui para a mitigação de riscos à Administração Pública, evita o ingresso de empresas inexperientes e reforça os princípios da eficiência, vantajosidade e interesse público.

Dessa forma, propõe-se a inclusão, no edital, da **exigência de Atestado de Capacidade Técnica que comprove fornecimento anterior correspondente a, no mínimo, 50% do objeto licitado, como condição necessária à habilitação.**

IV.IV – DA NECESSIDADE DE REGULARIDADE AMBIENTAL POR MEIO DO CTF/APP – IBAMA

Considerando que a fabricação, manipulação, transporte e distribuição de produtos saneantes e químicos são atividades classificadas como **potencialmente poluidoras** e utilizadoras de recursos ambientais, é imprescindível que as empresas licitantes estejam devidamente registradas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), mantido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

A exigência está fundamentada no art. 17, inciso I, da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), a saber:

Art. 17. Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

I - Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais e à indústria e comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

Essa obrigação é reforçada pela **Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021**, que relaciona os tipos de atividades sujeitas ao registro no CTF/APP, incluindo as de fabricação e comercialização de produtos químicos, conforme segue:

*Art. 11. São **obrigadas** à inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental as pessoas jurídicas que:*

*II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e **comercialização** de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.*

A ausência desse cadastro não apenas **afronta a legislação ambiental vigente**, mas também impede o devido acompanhamento e fiscalização por parte dos órgãos ambientais, comprometendo o princípio da **sustentabilidade** e expondo a Administração a possíveis sanções ou questionamentos quanto à legalidade da contratação.

Ademais, exigir a comprovação de regularidade ambiental reforça o compromisso da Administração Pública com a **sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental**, em consonância com os princípios expressos no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**, especialmente o da **eficiência, desenvolvimento nacional sustentável e interesse público**.

Diante disso, propõe-se a **inclusão, no edital, da obrigatoriedade de apresentação do comprovante de inscrição e regularidade no CTF/APP – IBAMA**, como condição de habilitação, garantindo a conformidade ambiental dos fornecedores e a legalidade do processo licitatório.

V – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

V.I – DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

A vinculação ao instrumento convocatório constitui importante garantia de legalidade, isonomia e impessoalidade nas contratações públicas, assegurando à

MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA
Av. Conde Francisco Matarazzo, 640 – Distr. Ind. José A. Boso – CEP: 15.803-145 | Catanduva/SP
(17) 988237449 - licitacao@mustangpluron.com

sociedade que não haverá favorecimentos ou direcionamentos indevidos por parte da Administração. Tal princípio encontra-se consagrado no art. 5 da Lei nº 14.133/21:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital (...)".

A obrigatoriedade de observância das regras editalícias aplica-se tanto à Administração quanto aos licitantes. Como bem leciona Licínia Rossi:

"Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada."

(CORREIA DIAS, Licínia Rossi. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2015)

O princípio da vinculação ao edital está diretamente relacionado à observância de outros princípios constitucionais aplicáveis às licitações, como os da eficiência, legalidade, julgamento objetivo e segurança jurídica.

Dessa forma, respeitando o **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, impõe-se à Administração o dever de incluir no edital todas as condições essenciais à garantia da regularidade sanitária, técnica e ambiental dos produtos e fornecedores. A omissão dessas exigências fere os princípios da **legalidade, eficiência, isonomia e interesse público**, devendo o edital ser ajustado para assegurar a lisura e a legitimidade do processo licitatório.

V.II – DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

O princípio da eficiência foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 19/1998, como fundamento para a busca de maior racionalidade, economicidade e qualidade nos serviços prestados pela Administração Pública.

Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“O princípio apresenta-se sob dois aspectos, podendo tanto ser considerado em relação à forma de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atuações e atribuições, para lograr os melhores resultados, como também em relação ao modo racional de se organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, com o intuito de alcançar resultados na prestação do serviço público. [...] A eficiência é princípio que se soma aos demais princípios impostos à Administração, não podendo sobrepor-se a nenhum deles, especialmente ao da legalidade, sob pena de sérios riscos à segurança jurídica e ao próprio Estado de Direito.”

(DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, 24ª ed., São Paulo: Atlas, 2011, p. 85)

No mesmo sentido, o mestre Hely Lopes Meirelles (2006, p. 106) ensina que:

“A eficiência é o dever de uma boa administração, da qual os agentes públicos não podem se afastar.”

Diante da relevância do princípio da eficiência na condução dos atos administrativos, especialmente nas contratações públicas, é dever da Administração adotar medidas que assegurem resultados concretos, com racionalidade e qualidade na execução contratual. A exigência de Atestado de Capacidade Técnica, proporcional ao objeto licitado garante que apenas empresas com experiência comprovada, estrutura operacional e conhecimento técnico participem do certame, evitando contratações inadequadas ou ineficazes.

V.III – DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

O **princípio da legalidade** é um dos fundamentos da Administração Pública e está expressamente previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, bem como no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que todos os atos administrativos devem obedecer estritamente à legislação vigente. No âmbito das contratações públicas, esse princípio impõe à Administração o dever de atuar com base na lei, observando rigorosamente as normas reguladoras do procedimento licitatório e dos requisitos aplicáveis ao objeto contratado.

Em se tratando da aquisição de insumos destinados à lavanderia hospitalar, a legalidade exige que o edital contemple todas as obrigações sanitárias, técnicas e ambientais impostas por normas específicas, como a Lei nº 6.360/1976, a RDC nº 16/2014, a RDC nº 59/2010, entre outras.

Além disso, a exigência de Atestado de Capacidade Técnica proporcional ao objeto, nos termos da Súmula nº 24 e do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, também se impõe como exigência legal mínima para garantir a seleção de fornecedores experientes, aptos a executar o contrato com qualidade e responsabilidade. Trata-se de instrumento necessário à concretização do interesse público e à mitigação de riscos contratuais.

A omissão de tais exigências no edital compromete não apenas a regularidade do certame, mas também expõe a Administração a **responsabilizações e ineficiência na execução contratual**, o que fere diretamente os princípios constitucionais da legalidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa. A observância à legalidade não é uma faculdade da Administração, mas sim uma imposição constitucional e legal.

Portanto, para assegurar a plena conformidade do processo licitatório com o ordenamento jurídico, é indispensável que o edital seja **ajustado para incluir todas as exigências legais e normativas aplicáveis ao objeto licitado**, em respeito ao princípio da legalidade e à finalidade pública da contratação.

V.IV – DA NECESSIDADE DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL

(Art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021)

As alterações ora pleiteadas modificam substancialmente o conteúdo do ato convocatório, impactando diretamente as condições de formulação das propostas. Nessas hipóteses, impõe-se a **republicação do edital** com a reabertura integral dos prazos, conforme dispõe o §1º do art. 55 da Lei de Licitações de Contratos Administrativos:

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:
(...)

§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

A esse respeito, ensina Jessé Torres Pereira Júnior:

“As regras do edital não são imutáveis; sobrevindo motivo de interesse público, deve e pode a Administração modificá-las, na medida em que bastar para atender ao interesse público, desde, é curial, que o faça antes de iniciada a competição. Nessas circunstâncias, a lei exige a reabertura do prazo por inteiro, a contar da divulgação da mudança introduzida, pelo mesmo modo em que se deu a versão original do ato convocatório alterado.”

(TORRES PEREIRA JÚNIOR, Jessé. Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública. Renovar, 2000)

Portanto, a republicação do edital é a única medida que assegura a preservação do caráter competitivo do certame e a igualdade de oportunidades entre os licitantes.

VII – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer o Signatário que a presente Impugnação ao Edital seja recebida e devidamente reconhecida, com fundamento nos dispositivos legais, bem como nas fundamentações doutrinárias e jurisprudenciais apresentadas neste instrumento.

Considerando as inconsistências identificadas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.050/2025**, requer-se as seguintes adequações:

A) Inclusão da exigência de Autorização de Funcionamento (AFE) e Licença Sanitária da EMPRESA FABRICANTE, conforme Lei nº 6.360/1976 e RDC nº 16/2014, garantindo a regularidade sanitária dos fornecedores e seus fabricantes;



B) Apresentação obrigatória da Ficha Técnica de cada produto, assinada por Químico Responsável com registro no CRQ, conforme Lei nº 2.800/1956;

C) Comprovação de experiência por meio de Atestado de Capacidade Técnica de, no mínimo, 50% do objeto licitado, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e da Súmula nº 24, demonstrando aptidão do licitante;

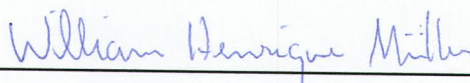
D) Exigência de Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) junto ao IBAMA, conforme Lei nº 6.938/1981, assegurando a regularidade ambiental das atividades;

E) A republicação do edital, nos termos do art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que as alterações propostas modificam substancialmente as condições de participação.

Termos em que,

Pede deferimento.

Catanduva, 05 de junho de 2025.



William Henrique Müller
Auxiliar de Licitação



Comissão Permanente de Pregão II

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.050/2025

Processo Licitatório nº: 3.927/2025

Processo de Impugnação nº: 20.213/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de INSUMOS DE LAVANDERIA, para atender as necessidades do HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ e HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO, pelo período de 01 (um) ano.

IMPUGNANTE: MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA, inscrita no CNPJ 47.078.704/0001-40, com sede na Av. Conde Francisco Matarazzo, 640, Distrito Industrial José Antonio Boso, Catanduva/SP.

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.050/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que, cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados às fls. 02 a 14, pelo que se passa à análise de suas alegações.

II. DAS ALEGAÇÕES DO IMPUGNANTE

Em síntese, o impugnante defende que o Edital do certame deveria exigir a apresentação de um número maior de documentos do que os atualmente previstos, com o objetivo de assegurar maior rigor na comprovação das condições de habilitação dos licitantes.



Comissão Permanente de Pregão II

III. DOS PEDIDOS DO IMPUGNANTE

O impugnante requer:

- a) Seja recebida e reconhecida a impugnação ao Edital;
- b) Seja incluída no Edital a exigência de Autorização de Funcionamento (AFE) e Licença Sanitária da empresa fabricante dos produtos;
- c) Seja obrigatória, junto à ficha técnica de cada produto, a presença de assinatura de químico responsável, com registro ativo no Conselho Regional de Química competente;
- d) Seja exigido atestado de capacidade técnica que comprove fornecimento anterior de ao menos 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado;
- e) Seja exigida a apresentação de Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) no Ibama;
- f) A republicação do Edital, com a inclusão das alterações acima propostas.

IV. DA ANÁLISE DA PREGOEIRA

Ante o exposto, submeto as razões do impugnante aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, a fim de subsidiar a decisão desta pregoeira.

Cabe informar que o pregão eletrônico segue agendado para o dia 11/06/2025 às 10 horas e, caso seja necessário, será suspenso *sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 06 de junho de 2025.

KARLA BRAGA MACHADO
Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II
Matrícula 990.996



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E

Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS.

Processo nº 3927/2025

Objeto: **AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, INSUMOS DE LAVANDERIA.**

DESPACHO

Aquisição, sob demanda, de **INSUMOS DE LAVANDERIA**, para atender as necessidades do **HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ e HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO** pelo período de 01 (um) ano.

Considerando a impugnação interposta pela empresa **MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA** e dada à natureza técnica da solicitação, remetemos os presentes autos a Subsecretaria de Atenção Especializada para ciência, análise e manifestação quanto ao solicitado.

Nova Friburgo/RJ, 09 de Junho de 2025.

Eduardo da Costa Mendonça de Melo

Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS.

Matrícula 063.345





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E

Gabinete da Subsecretaria de Atenção Especializada

Pregão Eletrônico: 90.050/2025

Assunto: Impugnação

Trata-se o presente de processo administrativo instaurado face a apresentação de Impugnação pela empresa MUSTANG PLURON QUIMICA LTDA nos autos do processo licitatório cujo objeto é a aquisição, sob demanda, de insumos de lavanderia, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro pelo período de 01 (um) ano.

Em síntese, a Impugnante solicita a inclusão de exigências adicionais no edital, a saber:

1. Inclusão de Autorização de Funcionamento (AFE) e Licença Sanitária do fabricante dos produtos.
2. Assinatura de químico responsável na Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ).
3. Atestado de capacidade técnica comprovando fornecimento anterior de ao menos 50% do objeto licitado.
4. Apresentação do Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) no Ibama.

Pois bem. Nos termos do art. 109 da Lei 14.133/2021, as impugnações ao edital devem ser analisadas com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A seguir, analiso cada alegação da impugnante.

1. Inclusão de AFE e Licença Sanitária do Fabricante

Base Legal: A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 59/2010 da ANVISA estabelece que, para o registro de produtos saneantes, o fabricante deve possuir Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) e cumprir normas sanitárias, conforme detalhado no site da ANVISA. O registro do produto na ANVISA, já exigido pelo edital, implica que o fabricante atende a esses requisitos.

Análise: Exigir explicitamente a AFE e a Licença Sanitária do fabricante é redundante, pois o registro na ANVISA já assegura a regularidade do fabricante. Tal exigência adicional aumenta a burocracia sem



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E

agregar valor ao processo licitatório, podendo restringir a competitividade, em desacordo com o art. 3º da Lei 14.133/2021, que prioriza a ampla participação.

Conclusão: A solicitação é desnecessária e deve ser rejeitada.

2. Assinatura de Químico Responsável na FISPQ

Base Legal: A RDC 59/2010 e normas correlatas da ANVISA não exigem a assinatura de um químico responsável na FISPQ para produtos saneantes. A NBR 14725 da ABNT, que regula a FISPQ, também não impõe essa obrigatoriedade, conforme indicado em Higiclear. Embora um responsável técnico seja necessário para operações da empresa, esse papel não é específico ao produto e pode ser desempenhado por outros profissionais.

Análise: A exigência de assinatura de químico na FISPQ não possui amparo legal e pode restringir a competição, favorecendo empresas com equipes químicas dedicadas. O registro na ANVISA já garante a segurança e a adequação técnica dos produtos, tornando a solicitação desnecessária.

Conclusão: A solicitação é injustificada e deve ser rejeitada.

3. Atestado de Capacidade Técnica com 50% de Fornecimento Anterior

Base Legal: O art. 67 da Lei 14.133/2021 permite que a administração exija habilitação técnica para comprovar a qualificação técnico-profissional e técnico-operacional do licitante, conforme o regulamento. A lei não estabelece um quantitativo mínimo fixo para atestados de capacidade técnica, conferindo flexibilidade à administração para definir critérios proporcionais à complexidade do contrato (Zênite Blog). O Tribunal de Contas da União (TCU) orienta que exigências de habilitação técnica devem se limitar às parcelas de maior relevância ou valor significativo, sem impor limites arbitrários (TCU Licitações).

Análise: O edital atual exige atestado de capacidade técnica sem especificar um quantitativo mínimo, o que é suficiente para garantir a competência dos licitantes para o fornecimento de insumos de lavanderia hospitalar. A solicitação da impugnante de exigir atestado comprovando fornecimento anterior de 50% do objeto é arbitrária e carece de fundamento legal. Tal exigência pode excluir licitantes menores ou com experiência diversificada, violando os princípios de competitividade e igualdade (art. 3º da Lei 14.133/2021). A flexibilidade do edital atual é adequada ao objeto da licitação, que não apresenta complexidade técnica que justifique um limite quantitativo específico.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E

Conclusão: A solicitação é desproporcional e deve ser rejeitada.

4. Exigência de Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) no Ibama

Base Legal: O CTF/APP é um registro obrigatório para atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, conforme a Lei nº 6.938/1981 e a Instrução Normativa Ibama nº 13/2021. As Fichas Técnicas de Enquadramento (FTEs) do Ibama não listam explicitamente a comercialização de saneantes hospitalares como atividade sujeita ao CTF/APP, especialmente para distribuidores que não fabricam ou transportam em larga escala (Ibama).

Análise: A aquisição de insumos de lavanderia hospitalar não gera impacto ambiental direto por parte dos licitantes, sendo a responsabilidade ambiental atribuída à unidade usuária (hospital ou lavanderia), que deve possuir licenças operacionais. Exigir o CTF/APP para os licitantes é inadequado e pode restringir a participação de empresas qualificadas, contrariando o princípio da competitividade. O registro na ANVISA já abrange avaliações de segurança e impacto ambiental dos produtos, tornando a exigência redundante.

Conclusão: A solicitação é inapropriada e deve ser rejeitada.

A FISPQ é um documento obrigatório para produtos químicos, conforme a NBR 14725 da ABNT, fornecendo informações sobre segurança, manuseio e descarte (Química Brasileira). No entanto, o registro de produtos saneantes na ANVISA, conforme RDC 59/2010, exige um dossiê técnico que inclui dados sobre composição química, propriedades físico-químicas, toxicidade e medidas de segurança, que são essencialmente os mesmos contidos na FISPQ (ANVISA Saneantes).

Embora a RDC 59/2010 não mencione explicitamente a FISPQ como documento obrigatório para o registro, o dossiê técnico apresentado à ANVISA contém informações equivalentes, como composição, riscos e medidas de segurança. A FISPQ é um documento derivado dessas informações, elaborado pelo fabricante para comunicação com usuários finais. Assim, o registro na ANVISA supre a necessidade de verificar a segurança dos produtos, tornando a exigência da FISPQ no edital potencialmente redundante.

É comum que editais de licitação exijam a FISPQ como documento complementar à proposta de preços, para garantir que os licitantes forneçam informações de segurança específicas. Contudo, no



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E



Assinado digitalmente. Acesse: <https://gpi18.cloud.el.com.br/Server?exec/acessoBase/?idPortal=008D9DC8E8F2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 51d2201c-13ff-4d30-8b88-1863515710a9 Documento Digital Nº 134040/2025

presente caso, como o edital já exige o registro na ANVISA, a FISPQ não agrega valor significativo, pois as informações de segurança já foram validadas pela agência reguladora. Desta feita, a exigência da FISPQ é redundante em face do registro na ANVISA, e sua inclusão como requisito adicional não é necessária.

Tabela Resumo da Análise da Impugnação

Alegação	Análise	Recomendação
AFE e Licença Sanitária do Fabricante	Redundante, já coberto pelo registro na ANVISA	Rejeitar
Assinatura de Químico na FISPQ	Não exigida por lei, pode restringir competição	Rejeitar
Atestado de 50% de Fornecimento Anterior	Arbitrário, viola competitividade sob a Lei 14.133/2021	Rejeitar
CTF/APP no Ibama	Inaplicável para aquisição de produtos, responsabilidade da unidade usuária	Rejeitar

Diante do exposto, retorno o procedimento à Gestão de Processos, Contratos e Convênios para prosseguimento.

Nova Friburgo/RJ, 10 de junho de 2025.

Leslie da Conceição Moura
Subsecretário de Atenção Especializada
Matrícula 207.520



Comissão Permanente de Pregão II

**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 90.050/2025**

Processo Licitatório nº: 3.927/2025

Processo de Impugnação nº: 20.213/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de INSUMOS DE LAVANDERIA, para atender as necessidades do HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ e HOSPITAL MATERNIDADE DR. MÁRIO DUTRA DE CASTRO, pelo período de 01 (um) ano.

IMPUGNANTE: MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA, inscrita no CNPJ 47.078.704/0001-40, com sede na Av. Conde Francisco Matarazzo, 640, Distrito Industrial José Antonio Boso, Catanduva/SP.

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.050/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que, cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados às fls. 02 a 14, pelo que se passa à análise de suas alegações.

II. DAS ALEGAÇÕES DO IMPUGNANTE

Em síntese, o impugnante defende que o Edital do certame deveria exigir a apresentação de um número maior de documentos do que os atualmente previstos, com o objetivo de assegurar maior rigor na comprovação das condições de habilitação dos licitantes.



Comissão Permanente de Pregão II

III. DOS PEDIDOS DO IMPUGNANTE

O impugnante requer:

- a) Seja recebida e reconhecida a impugnação ao Edital;
- b) Seja incluída no Edital a exigência de Autorização de Funcionamento (AFE) e Licença Sanitária da empresa fabricante dos produtos;
- c) Seja obrigatória, junto à ficha técnica de cada produto, a presença de assinatura de químico responsável, com registro ativo no Conselho Regional de Química competente;
- d) Seja exigido atestado de capacidade técnica que comprove fornecimento anterior de ao menos 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado;
- e) Seja exigida a apresentação de Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) no Ibama;
- f) A republicação do Edital, com a inclusão das alterações acima propostas.

IV. DA ANÁLISE DA SECRETARIA REQUISITANTE

Em síntese, a Secretaria Requisitante, em sua análise constante de fls. 18 a 21, sustenta que:

- a) O registro na Anvisa já assegura a regularidade do fabricante, sendo desnecessária a exigência de Autorização de Funcionamento (AFE) e Licença Sanitária;
- b) A RDC 59/2010 e normas correlatas da Anvisa, além da NBR 14725 da ABNT, não preveem a obrigatoriedade de assinatura por químico responsável, inexistindo base legal para essa exigência.
- c) O edital já prevê a exigência de atestado de capacidade técnica sem estabelecer quantitativo mínimo, o que se mostra suficiente para atestar a aptidão dos licitantes quanto ao fornecimento dos insumos, sendo a exigência de comprovação de fornecimento correspondente a 50% uma medida que restringiria indevidamente a participação de licitantes de menor porte ou com experiência diversificada, em afronta aos princípios da competitividade e da isonomia, além de carecer de respaldo legal;
- d) O Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) é obrigatório para atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, não estando a comercialização de saneantes hospitalares listada nas Fichas Técnicas de Enquadramento (FTEs) do Ibama dentre as atividades sujeitas ao referido cadastro.

V. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiado pela manifestação da secretaria



Comissão Permanente de Pregão II

requisitante às fls. 18 a 21, sem nada mais a evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta por MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.050/2025, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**.

Nova Friburgo, 10 de junho de 2025.

KARLA BRAGA MACHADO

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II

Matrícula 990.996